 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria do Desenvolvimento Econômico</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 23300019431	Código da Natureza Jurídica 2038	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO


ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Nº FCN/REMP



CEN1927716887

FORTALEZA
Local

24 Setembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
	Presidente da _____ Turma			

OBSERVAÇÕES


Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.


LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/175.204-5	CEN1927716887	19/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará



COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS
ATA DA 100ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ Nº 73.759.185/0001-96
NIRE: 23300019431

1. DATA, HORA E LOCAL - Sede da Companhia, localizada na Av. Washington Soares, 6475, bairro José de Alencar, cidade de Fortaleza, estado do Ceará, CEP 60.830-005, às 09:00 horas do dia 29 de agosto de 2019.

2. QUORUM - Acionistas representando a totalidade do capital da Companhia, conforme se verifica nas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, sendo: Estado do Ceará, representado por seu procurador, José Elcio Batista; Petrobras Gás S/A - GASPETRO, representada por seu procurador, Thiago Malamace de Azevedo Pinheiro; e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., representada por seu procurador, Diogo de Moraes e Silva. Presente, também, o Conselheiro Fiscal Suplente, Fabrício Gomes Santos, de acordo com o que preceitua o artigo 164 da Lei nº 6404/76

3. COMPOSIÇÃO DA MESA - Presidente - Sr. José Elcio Batista; Secretário - Sr. Diogo de Moraes e Silva.

4. AVISO DE CONVOCAÇÃO - Considerada sanada a falta de publicação do Edital de Convocação, conforme permissivo constante no Art. 124, § 4º, da Lei nº 6404/76.

5. ORDEM DO DIA

5.1. Deliberar, com base no § 2º do art. 9º do Decreto nº 64.214/69, sobre a autorização do aumento do Capital Social da CEGÁS, mediante à incorporação da Reserva de Incentivos Fiscais relativa ao exercício 2017, no que se refere ao Reinvestimento, e ao exercício de 2018 relativo ao Lucro da Exploração;

5.2. Deliberar, com base no art. 7º, inciso I, do Estatuto Social da Companhia, as seguintes propostas:
i) alteração da redação, do “caput”, do artigo 4º do Estatuto Social da CEGÁS, em decorrência do aumento do Capital Social através da integralização da Reserva de Incentivos Fiscais da SUDENE; e
ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES - A matéria constante da Ordem do Dia foi posta em discussão e votação, tendo sido tomada, por unanimidade, a seguinte decisão pelos Acionistas presentes:

6.1. Autorizar, com base no § 2º do Art. 9º do Decreto nº 64.214/69, na Proposição CONAD Nº 016/2019, no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica em 09/07/2019, bem como no Parecer do Conselho Fiscal, o aumento do Capital Social da CEGÁS, mediante à incorporação da reserva de capital relativa ao benefício fiscal da SUDENE: (i) parte constituída no exercício 2017, referente ao Reinvestimento do IRPJ, no valor de R\$ 443.003,50 (quatrocentos e quarenta e três mil, três reais e cinquenta centavos); (ii) parte constituída no exercício de 2018, referente ao Lucro da Exploração, no valor de 10.742.088,85 (dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitenta e oito reais e oitenta e

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza – Ceará - CEP. 60.830-005.
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS
ATA DA 100ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ Nº 73.759.185/0001-96
NIRE: 23300019431

cinco centavos), totalizando um montante de R\$ 11.185.092,35 (onze milhões, cento e oitenta e cinco mil, noventa e dois reais e trinta e cinco centavos). Passando, assim, o valor do capital social total de R\$ 125.628.265,38 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos) para R\$ 136.813.357,73 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), sem modificação da quantidade de ações existentes, a ser feito de acordo o Boletim de Integralização de Capital Social, parte integrante desta ata, respeitando-se a participação percentual de cada acionista no Capital Social da Companhia, conforme os quadros abaixo:

QUADRO ACIONÁRIO						
ACIONISTA	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Totais	%
ESTADO DO CEARÁ	6.698.000	51,00	0	0	6.698.000	17,00
GASPETRO	3.217.667	24,50	13.133.333	50,00	16.351.000	41,50
MITSUMI GÁS	3.217.667	24,50	13.133.333	50,00	16.351.000	41,50
TOTAL	13.133.334	100,00	26.266.666	100,00	39.400.000	100,00

ACIONISTA	Capital Social com Aumento		
	ON	PN	Total
ESTADO DO CEARÁ	23.258.270,79	-	23.258.270,79
GASPETRO	11.173.091,35	45.604.452,12	56.777.543,47
MITSUMI GÁS	11.173.091,35	45.604.452,12	56.777.543,47
TOTAL	45.604.453,49	91.208.904,24	136.813.357,73

6.2 Autorizar, em decorrência da deliberação sobre o aumento de capital, com base no art. 166 da Lei nº 6.404/76, no art. 7º, inciso I, do Estatuto Social da Companhia, na Proposição CONAD Nº.017/2019, bem como no Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica em 09/07/2019, as seguintes propostas decorrentes do aumento do capital social, através da integralização da Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE, relativa aos exercícios 2017 (reinvestimento) e 2018 (lucro da exploração): i) alterar a redação do "caput" do artigo 4º, do Estatuto Social da CEGÁS, que passa a ter a seguinte redação: "art. 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 136.813.357,73 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), dividido em 39.400.000 (trinta e nove milhões e quatrocentas mil) ações, sendo 13.133.334 (treze milhões, cento e trinta e três mil, trezentas e trinta e quatro) ações ordinárias e 26.266.666 (vinte e seis milhões, duzentas e sessenta e seis mil, seiscentas e sessenta e seis) ações

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS
ATA DA 100ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ Nº 73.759.185/0001-96
NIRE: 23300019431

preferenciais, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra"; ii) consolidar o Estatuto Social, parte integrante desta ata, em decorrência da alteração da redação do caput, do seu artigo 4º.

7. ENCERRAMENTO - Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a presente ata foi lavrada na forma de sumário, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes: José Élcio Batista, Presidente, Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador, como Representante do acionista Estado do Ceará; Thiago Malamace de Azevedo Pinheiro, Advogado (OAB/RJ 164.328), como Procurador do acionista Petrobras Gás S/A – GASPETRO; Diogo de Moraes e Silva, Secretário, Advogado (OAB/RJ 146.511), como Procurador do acionista MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL LTDA. Certifico que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Fortaleza, 29 de agosto de 2019.

Diogo de Moraes e Silva
Secretário



BOLETIM DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
100ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2019.

Integralização de capital social no valor de R\$ 11.185.092,35 (onze milhões, cento e oitenta e cinco mil, noventa e dois e trinta e cinco centavos), oriundo da Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE, parte constituída no exercício 2017, referente ao Reinvestimento do IRPJ, no valor de R\$ 443.003,50 (quatrocentos e quarenta e três mil, três reais e cinquenta centavos), e parte constituída no exercício de 2018, referente ao Lucro da Exploração, no valor de R\$ 10.742.088,85 (dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Assim, o Capital Social passará de R\$ 125.628.265,38 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e cinco e trinta e oito centavos) para R\$ 136.813.357,73 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), sem modificação da quantidade de ações existentes, respeitando-se a participação percentual de cada Acionista no Capital Social da Companhia, tudo conforme quadro que segue abaixo:

Capital Social R\$ 136.813.357,73		Número de Ações R\$ 39.400.000					Valor da Ações 3,472420247		
	Nº de Ações	% de Ações	Nº de Ações	% de Ações	Total de	% Total de	Vr. Da Ações	Vr. Da Ações	Vr Total
ACIONISTA	Ordinárias	Ordinárias	Preferenciais	Preferenciais	Ações	Ações	Ordinárias	Preferenciais	
ESTADO DO CEARÁ	6.698.000,00	51,00	-	-	6.698.000,00	17,00	23.258.270,79	-	23.258.270,79
GASPETRO	3.217.667,00	24,50	13.133.333,00	50,00	16.351.000,00	41,50	11.173.091,35	45.604.452,12	56.777.543,47
MITSUMI	3.217.667,00	24,50	13.133.333,00	50,00	16.351.000,00	41,50	11.173.091,35	45.604.452,12	56.777.543,47
TOTAL	13.133.334,00	100,000000	26.266.666,00	100,000000	39.400.000,00	100,00	45.604.453,49	91.208.904,24	136.813.357,73

Diogo de Moraes e Silva
 Secretário, Advogado (OAB/RJ146.511)
 MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL LTDA

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005
 Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
 Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.


 LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/175.204-5	CEN1927716887	19/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.320.627-67	DIOGO DE MORAIS E SILVA

Junta Comercial do Estado do Ceará

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/30

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS
ESTATUTO SOCIAL
CNPJ Nº 73.759.185/0001-96
NIRE: 23300019431

CAPÍTULO I
Denominação, sede, foro e duração

Art.1º A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, constituída com base na Lei Estadual nº 12.010, de 05/10/92, é uma sociedade de economia mista do Estado do Ceará, que se regerá por este Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

Art.2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares nº 6475, José de Alencar, CEP 60.830-005, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, e sua duração é por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A Companhia tem filial na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, na rua Morada Nova nº 100, Boa Esperança, CEP 61.905-000, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 73.759.185/0003-58.

CAPÍTULO II
Do Objeto

Art.3º A Companhia tem por objeto promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás combustível à matriz energética do Estado do Ceará.

CAPÍTULO III
Do Capital Social e dos Acionistas

Art.4º O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 136.813.357,73 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), dividido em 39.400.000 (trinta e nove milhões e quatrocentas mil) ações, sendo 13.133.334 (treze milhões, cento e trinta e três mil, trezentas e trinta e quatro) ações ordinárias e 26.266.666 (vinte e seis milhões, duzentas e sessenta e seis mil, seiscentas e sessenta e seis) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra.

§1º Independentemente de reforma estatutária, o Conselho de Administração fica autorizado a aumentar o Capital Social até o limite de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, mantendo-se sempre a proporção de 1/3 do Capital Social representado pelas ações ordinárias e 2/3 pelas ações preferenciais e a proporção de cada espécie de ação que possuem os acionistas.

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



§2º Não serão emitidos certificados das ações nominativas.

§3º A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

§4º As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens:

a) prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando, em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição do dividendo obrigatório, se este for superior ao mínimo;

b) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Sociedade;

c) participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;

d) em caso de liquidação da Sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos a conta do capital social da Companhia;

e) no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do Art. 182 da Lei das S.A.

Art.5º Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de ações novas, na proporção de cada espécie de ação que possuírem no capital da Sociedade, podendo a integralização das ações ser feita em dinheiro ou bens de qualquer natureza, sendo que, neste último caso, será procedida a competente avaliação, nos termos do artigo 8º, da Lei 6.404, de 15.12.76.

Parágrafo único. O direito de preferência à subscrição de novas ações deverá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação na imprensa do Aviso aos Acionistas comunicando a deliberação que houver autorizado a emissão.

CAPÍTULO IV **Da Assembleia Geral**

Art.6º A Assembleia Geral é o órgão de deliberação máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Parágrafo único. A Assembleia Geral designará o acionista que a presidirá e este convocará, dentre os acionistas presentes, aquele que será o Secretário.

Art.7º Compete privativamente à Assembleia Geral:

I - reformar o Estatuto Social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração,

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



especificamente o Presidente e o Vice-Presidente, e do Conselho Fiscal da Companhia;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo presente Estatuto;

V - deliberar sobre a avaliação de bens com que cada acionista concorrer para a formação do Capital Social;

VI - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas, observadas as disposições legais aplicáveis e os princípios constitucionais;

VII - autorizar a Companhia a participar no capital de outras sociedades;

VIII - fixar a remuneração dos administradores da Companhia, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário;

IX - autorizar a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

X - deliberar sobre a destinação dos lucros e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

XI - autorizar as contratações, transações ou acordos de qualquer espécie entre a Sociedade e seus acionistas, controladas e controladoras, diretas ou indiretas destes, bem como quaisquer alterações a estas contratações, transações ou acordos, excetuando-se aqueles relativos à prestação do serviço público de fornecimento de gás canalizado por adesão, cujo volume mensal seja inferior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos) de gás, e as permissões de trabalho e de direito de passagem para implantação de novos dutos, estações de válvulas, estações de regulação e medição de gás, bem como a manutenção / intervenção nesses ativos nas faixas de servidão;

XII - autorizar a criação e o resgate de bônus de subscrição ou obrigações assemelhadas;

XIII - decidir sobre aquisições, vendas, licenciamentos ou desistência de direitos sobre patentes, marcas registradas e conhecimentos técnicos;

XIV - aprovar a Política de Indicações e a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia.

Art.8º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei das Sociedades Anônimas e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§1º Para a aprovação das matérias previstas nos incisos II, III, IV e XIV do Art.7º, é necessário o voto afirmativo de acionistas que representem no mínimo 2/3 do capital social com direito a voto.

§2º Para as matérias previstas nos incisos I, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do Art.7º, é necessário o voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 4/5 do capital social com direito a voto.

§3º Para a aprovação da matéria prevista no inciso V do Art.7º, é necessário o voto afirmativo da totalidade dos acionistas não proprietários dos bens objeto da avaliação.

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



Art.9º A Assembleia Geral Extraordinária poderá realizar-se em casos urgentes, independentemente de convocação pela imprensa, desde que, convocados por cartas, compareçam todos os acionistas.

CAPÍTULO V **Da Administração**

Art.10. A Companhia será composta pelos seguintes órgãos estatutários:

- I. Assembleia Geral
- II. Conselho de Administração;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal;
- V. Comitê de Auditoria Estatutário; e
- VI. Comitê Estatutário de Elegibilidade.

Art.11. A Administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração, com função deliberativa e uma Diretoria Executiva, na forma da Lei e deste Estatuto.

§1º A Diretoria prestará contas de seus atos ao Conselho de Administração.

§2º As condições, requisitos e vedações para o exercício do cargo, juntamente com as qualificações dos candidatos, deverão observar as exigências legais e a Política de Indicações da Companhia, e serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas ou à reunião do Conselho que tiver de os eleger, que contarão com o auxílio do Comitê Estatutário de Elegibilidade para análise do preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

§3º Os administradores tomarão posse mediante a assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas respectivo e seus mandatos, se expirados, considerar-se-ão automaticamente prorrogados até à posse de seu sucessor.

§4º A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

SEÇÃO I **Do Conselho de Administração**

Art.12. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reeleições consecutivas, garantida a participação de um representante dos empregados e de, pelo menos, 25% de membros independentes, observado o disposto na legislação aplicável.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que for necessário por convocação de qualquer de seus membros ou a pedido do Diretor-Presidente da Companhia.

§ 2º Caberá ao acionista majoritário a indicação de 4 (quatro) membros efetivos do

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.pegas.com.br E-mail: pegas@pegas.com.br



Conselho de Administração, dentre eles o Presidente, aos demais acionistas a indicação de 2 (dois) membros efetivos, dentre eles o Vice-Presidente, e aos empregados a eleição de 1 (um) representante no Conselho de Administração, na forma da Política de Indicações da Companhia.

§ 3º Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente.

Art.13. O Conselho de Administração deverá instalar-se com “quórum” mínimo de 6 (seis) membros, um dos quais obrigatoriamente é o Presidente ou seu substituto, este quando no exercício da Presidência.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas por um mínimo de 6 (seis) votos afirmativos, lavrando-se ata em livro próprio.

Art.14. No caso de vacância do cargo de Conselheiro por morte, impedimento definitivo do titular ou outros casos previstos em lei, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a escolha de novo titular para completar o mandato do substituído, obedecido ao disposto no parágrafo terceiro do artigo 6º deste Estatuto.

§ 1º Caso a vacância seja do cargo do Conselheiro representante dos empregados, assumirá o segundo colocado mais votado, que completará o prazo de gestão.

§ 2º Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nos últimos doze meses.

Art.15. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- I** - fixar a orientação geral da Companhia;
- II** - eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixar-lhes as atribuições e as metas e resultados específicos a serem alcançados, observado o que, a respeito, dispuser este Estatuto e a legislação aplicável;
- III** - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos relacionados com a Companhia;
- IV** - convocar a Assembleia Geral Ordinária, na forma da Lei e, quando julgar conveniente, a Assembleia Geral Extraordinária;
- V** - manifestar-se sobre o Relatório da Administração, o Balanço Geral da Companhia e as contas da Diretoria;
- VI** - autorizar a alienação de bens do Ativo Permanente, constituição de ônus reais e a prestação de garantias, envolvendo valores superiores ao estabelecido no inciso IX do Art. 22;
- VII** - deliberar sobre pedido de licença dos Diretores;
- VIII** - deliberar sobre aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado;

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



- IX** - escolher e destituir os auditores independentes;
- X** - aprovar o Regimento Interno da Sociedade e os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Estatutário de Elegibilidade;
- XI** - deliberar sobre a fixação do quadro de pessoal e cargos de confiança, seu aumento e redução, normas de administração de pessoal incluindo os critérios para a fixação de sua remuneração;
- XII** - autorizar a contratação de qualquer espécie envolvendo valores superiores ao estabelecido no inciso VI do Art. 22, ressalvado o disposto no inciso XI do Art. 7º e nos incisos XV e XVI do Art. 22.
- XIII** - aprovar os novos projetos, os planos de expansão ou redução, o plano de investimentos e orçamento anual da Sociedade e suas alterações, bem como a cessação ou suspensão das atividades da Sociedade, ainda que por tempo determinado.
- XIV** - autorizar a abertura de filiais, agências e depósitos;
- XV** - autorizar o ingresso em juízo da Companhia, bem como atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial para pôr fim a litígios ou pendências envolvendo valores superiores ao estabelecido no inciso III do Art. 22;
- XVI** - aprovar e acompanhar o plano de negócios para o exercício anual subsequente e a estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os cinco anos seguintes, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva até a última reunião ordinária do Conselho de Administração;
- XVII** - promover, anualmente, a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, com exceção das informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia;
- XVIII** - aprovar o regulamento interno de licitações e contratos;
- XIX** - aprovar a carta anual de governança corporativa e políticas públicas, com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;
- XX** - escolher e destituir o titular da Auditoria Interna, sendo a sua indicação por proposta da Diretoria Executiva;
- XXI** - analisar relatórios apresentados pela Área de Gerenciamento de Riscos e Conformidade sobre suspeita de envolvimento dos membros da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando estes se furtarem à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a eles relatada;
- XXII** - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- XXIII** - aprovar as demais políticas gerais da Companhia;

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



XXIV - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

XXV - avaliar anualmente o resultado do desempenho, individual e coletivo, dos diretores e dos membros dos comitês estatutários, com apoio metodológico e procedimental do Comitê Estatutário de Elegibilidade, observados os seguintes quesitos mínimos:

a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

b) contribuição para o resultado do exercício; e

c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo;

XXVI - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho, individual e coletivo;

XXVII - resolver todos os casos omissos não contemplados no presente Estatuto.

Art.16. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas através de avisos por escrito, enviados a cada um dos Conselheiros, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da reunião. O referido aviso conterá breve descrição das matérias da Ordem do Dia, e só será considerado dispensado se o Conselheiro presente consignar em ata essa dispensa.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação no qual todos os membros possam escutar uns aos outros e o Conselheiro que participe da reunião dessa maneira será considerado como presente à reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração deverão expressar seus votos por meio de carta, fax ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

§ 2º Independentemente das formalidades descritas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Art.17. A Diretoria Executiva será composta de 3 (três) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Técnico e Comercial e 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, todos eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reeleições consecutivas.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pelo Conselho de Administração, cabendo ao acionista majoritário a indicação do Diretor-Presidente e aos demais acionistas as indicações do Diretor Técnico e Comercial e do Diretor Administrativo e Financeiro.

§ 2º Os requisitos específicos para o exercício do cargo de Diretor estão previstos em lei e na Política de Indicações da Companhia.

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



Art.18. A Diretoria Executiva reunir-se-á, sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros, podendo a reunião realizar-se fora de sede social, quando conveniente aos interesses da Companhia, lavrando-se ata da reunião no livro próprio.

§ 1º A Diretoria Executiva deverá instalar-se com a presença de todos os seus membros, devendo as deliberações serem tomadas pelo voto afirmativo de todos os membros da Diretoria Executiva.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva poderão participar de qualquer reunião da Diretoria Executiva por meio de conferência telefônica, videoconferência ou outro meio de comunicação no qual os membros possam escutar uns aos outros e o Diretor que participe da reunião dessa maneira será considerado como presente à reunião. Neste caso, os membros da Diretoria Executiva deverão expressar seus votos por meio de carta, fax ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Art.19. Os membros da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença autorizada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva farão jus a 30 (trinta) dias de férias, em períodos fracionados, que lhes serão concedidos pela Diretoria Executiva.

Art.20. No caso de impedimento temporário, ou vaga do cargo de Diretor, o Presidente do Conselho de Administração convocará imediatamente reunião do Conselho para eleger o substituto, no caso de impedimento, ou para completar o prazo de gestão, no caso de vacância, cabendo a indicação ao acionista a quem o substituído representava.

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância do cargo de Diretor-Presidente, o Conselho de Administração indicará o substituto, dentre os demais Diretores, enquanto o novo titular não tomar posse.

Art.21. Todos os atos e instrumentos que acarretem responsabilidades para a Companhia deverão ser assinados por dois Diretores.

Art.22. Compete à Diretoria Executiva, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

I - estabelecer as diretrizes, normas gerais e planos de atividades dos negócios sociais de acordo com a orientação geral fixada pelo Conselho de Administração;

II - propor anualmente à apreciação do Conselho de Administração o Programa Orçamento Anual e suas revisões para o exercício seguinte, o plano de negócios para o exercício anual subsequente, incluindo o plano de investimentos, e a estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, submetendo-os à aprovação até a última reunião ordinária do Conselho de Administração;

III - autorizar o ingresso em juízo da Companhia, bem como atos de renúncia ou transação,

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, até o limite de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);

IV - apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após manifestação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras previstas em Lei e o parecer do Conselho Fiscal sobre essas demonstrações;

V - promover e superintender estudos, projetos, fabricação, montagens e construções, relacionados com a Companhia, sua integração a sistemas de distribuição de gás ou a sua expansão ou melhoria;

VI - deliberar sobre convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ressalvado o disposto no inciso XI do art. 7º, até o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para contratos com clientes e, até o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para os contratos administrativos;

VII - elaborar o Regimento Interno da Companhia, com especificações das atribuições dos órgãos executivos da empresa, o Regulamento de Pessoal, propondo ao Conselho de Administração sua respectiva política, e os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Estatutário de Elegibilidade, a serem aprovados pelo Conselho de Administração;

VIII - propor ao Conselho de Administração os valores das faixas salariais dos cargos de seu Quadro de Pessoal;

IX - decidir sobre a alienação, arrendamento, cessão, transferência ou gravames de bens imóveis, móveis ou de direitos constantes do ativo permanente da Companhia e sobre a aquisição de bens imóveis até o limite de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);

X - admitir ou demitir empregados, obedecidas às normas do Regulamento de Pessoal e as demais atinentes à espécie;

XI - constituir mandatário, devendo o respectivo instrumento ser assinado por dois Diretores;

XII - designar, nos casos de obrigações a serem assumidas em outros estados ou no exterior, um de seus membros ou um procurador, para representar a Sociedade nos limites e termos da ata da reunião que deliberou sobre o assunto;

XIII - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) carta anual de governança corporativa e políticas públicas; e

b) metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo.

XIV - informar o Conselho de Administração sobre a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

XV - autorizar as contratações, transações ou acordos e quaisquer alterações a estas contratações, transações ou acordos relativos à prestação do serviço público de fornecimento de gás canalizado por adesão, cujo volume mensal seja inferior a 5.000 m³ (cinco mil metros cúbicos) de gás;

XVI - autorizar as permissões de trabalho e de direito de passagem para implantação de novos dutos, estações de válvulas, estações de regulação e medição de gás, bem como a manutenção

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



/ intervenção nesses ativos nas faixas de servidão, observado o disposto no art. 22, inciso VI do Estatuto Social.

Art.23. Compete ao Diretor-Presidente:

- I** - representar a Companhia em juízo ou fora dele, diretamente ou por mandatários com poderes específicos;
- II** - presidir as reuniões da Diretoria;
- III** - providenciar e, ouvido o Conselho de Administração, submeter à Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório Anual da Administração, juntamente com os demais documentos exigidos por Lei;
- IV** - executar as diretrizes, planos de atividades e normas gerais, aprovadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva.

Art.24. Compete genericamente aos demais Diretores:

- I** - assessorarem o Diretor-Presidente nas atividades da área técnica;
- II** - substituírem o Diretor-Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art.25. Compete ainda aos demais Diretores:

- I** - ao Diretor da área de administração e finanças a coordenação e supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras da Companhia;
- II** - ao Diretor da área técnica e comercial a coordenação e supervisão das atividades técnicas e comerciais da Companhia.

SEÇÃO III **Dos Demais Órgãos Executivos**

Art.26. As atividades executivas da Companhia poderão ser exercidas por seus órgãos criados pela Diretoria e a ela subordinados, após a aprovação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI **Do Conselho Fiscal**

Art.27. O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas e terá as atribuições e poderes fixados por lei.

§ 1º Os requisitos, condições e vedações para o exercício da função, juntamente e com as qualificações dos candidatos, deverão observar as exigências legais e a Política de Indicações da Companhia, e serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas que tiver de os eleger, que contará com o auxílio do Comitê Estatutário de Elegibilidade para análise do preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal poderão participar de qualquer reunião do Conselho

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



Fiscal por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação, no qual todos os membros possam escutar uns aos outros e o Conselheiro que participe da reunião dessa maneira será considerado como presente à reunião. Neste caso, os membros do Conselho Fiscal deverão expressar seus votos por meio de carta, fax ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

CAPÍTULO VII

Do Comitê de Auditoria Estatutário

Art.28. O Comitê de Auditoria Estatutário será composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reeleições consecutivas, observadas as condições e requisitos da legislação aplicável e da Política de Indicações da Companhia.

§ 1º Caberá a cada acionista a indicação de um membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

§ 2º O Comitê de Auditoria Estatutário será vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com funcionamento permanente, para dar suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

§ 3º O Comitê de Auditoria Estatutário reunir-se-á sempre que for necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis da sociedade sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação e terá as atribuições e poderes fixados na lei e no seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 4º Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão participar de qualquer reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação, no qual todos os membros possam escutar uns aos outros e o membro que participe da reunião dessa maneira será considerado como presente à reunião. Neste caso, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverão expressar seus votos por meio de carta, fax ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

CAPÍTULO VIII

Do Comitê Estatutário de Elegibilidade

Art.29. O Comitê Estatutário de Elegibilidade será designado pela Diretoria Executiva e auxiliará os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem remuneração adicional.

Parágrafo único. O Comitê Estatutário de Elegibilidade exercerá as atribuições estabelecidas pela legislação aplicável, bem como pelo seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, que incluirá a descrição detalhada de seu procedimento e demais disposições.

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



CAPÍTULO IX

Da Auditoria Interna

Art.30. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, e possui suas atribuições, procedimentos e demais disposições descritas no Regimento Interno da Companhia.

CAPÍTULO X

Do Gerenciamento de Riscos e Conformidade

Art.31. O Gerenciamento de Riscos e Conformidade está vinculado ao Diretor-Presidente através da Gerência de Planejamento, e suas atividades consistem em:

I - propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

IV - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e administradores da Companhia sobre o tema;

V - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;

VI - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VII - propor planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

VIII - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva;

IX - disseminar a importância da Integridade e da Gestão de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos.

§ 1º - O Regimento Interno da Companhia conterà a descrição detalhada de seu procedimento e demais atribuições e disposições.

§ 2º - O responsável direto pelas atividades de Gerenciamento de Riscos e Conformidade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento dos membros da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando estes se furtarem à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a eles relatada.

CAPÍTULO XI

Da Responsabilidade Civil e Administrativa dos Administradores

Art.32. No que tange a responsabilidade civil dos administradores da CEGÁS, segue:

§ 1º Os administradores respondem perante a Companhia e perante terceiros pelos atos

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

§ 2º A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas desses Administradores, durante ou após os respectivos mandatos, por atos de gestão praticados no exercício de suas funções, podendo, para tanto, manter contrato de seguro para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§ 3º A garantia prevista no parágrafo segundo deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores (Diretoria Executiva e/ou Conselho de Administração) da Companhia.

§ 4º Se algum membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, ou, ainda, algum empregado atuando em conformidade com a situação prevista no parágrafo terceiro, acima, vier a ser condenado em processos movidos contra eles, com decisão transitada em julgado, caberá ao mesmo ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados, quando estes não estiverem cobertos por seguro estabelecido no parágrafo segundo.

CAPÍTULO XII

Seção I Do Exercício Social

Art.33. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro do mesmo ano.

Seção II Das Demonstrações Financeiras

Art.34. No fim de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do Balanço Patrimonial, da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Seção III Dos Lucros, Reservas e Dividendos

Art.35. Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Art.36. É assegurado aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

§ 1º A Assembleia Geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

§ 2º O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 3º Fica facultado à Sociedade o levantamento de balanços semestrais ou em períodos

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br



menores, e havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, observadas as disposições de Lei, por deliberação prévia da Assembleia Geral.

§ 4º Serão compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados no exercício.

§ 5º Os dividendos atribuídos aos acionistas serão corrigidos monetariamente pela Taxa SELIC, a partir da data aprovada em Assembleia Geral para pagamento.

§ 6º Fica facultado à Sociedade o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, conforme as regras estabelecidas para a distribuição de dividendos no presente Estatuto Social e a legislação aplicável. Eventuais valores pagos a este título poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório de que trata o *caput*.

CAPÍTULO XIII **Da Liquidação**

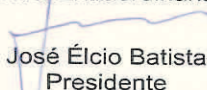
Art.37. No caso de liquidação da Companhia, aplicar-se-ão os dispositivos da Lei de Sociedades Anônimas.

CAPÍTULO XIV **Disposições Especiais**

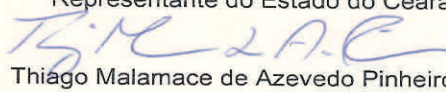
Art.38. O regime jurídico dos empregados da Companhia é o da Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se lhes, também, o Regulamento de Pessoal, sendo que o ingresso nos quadros da Companhia dependerá de aprovação prévia em concurso público, nos termos do Art. 37, II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Companhia poderá ter à sua disposição, empregados das entidades públicas e privadas, participantes do seu capital social, ou de suas Controladoras e Coligadas, inclusive para o exercício de cargos de direção, mediante reembolso a entidade cedente do ônus da remuneração, acrescidos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e benefícios concedidos, obedecidas as disposições legais vigentes e suas posteriores alterações.

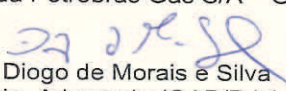
Aprovado na 100ª Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de agosto de 2019.


José Élcio Batista
Presidente

Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador
Representante do Estado do Ceará


Thiago Malamace de Azevedo Pinheiro
Advogado (OAB/RJ 164.328)

Procurador da Petrobras Gás S/A – GASPETRO


Diogo de Moraes e Silva
Secretário, Advogado (OAB/RJ 146.511)
Procurador da MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL LTDA

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP60.830-005
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026
Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/175.204-5	CEN1927716887	19/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 22/30

Instrumento Particular de Mandato

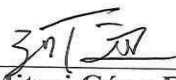
Outorgante: Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 300, 13º andar, sala 1301-A, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.304.121/0001-49, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por seu Diretor de Operações, Sr. **Takuya Kawabe**, japonês, casado, do comércio, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE n.º G370993-0, inscrito no CPF/MF sob o n.º 064.411.627-76 e por seu Diretor de Participações, Sr. **Rogério Soares Leite**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 05.931.015-1 DETRAN /RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 853.477.107-30, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, n.º 300, 13º andar, Sala 1301-A, Botafogo (a “Sociedade”).

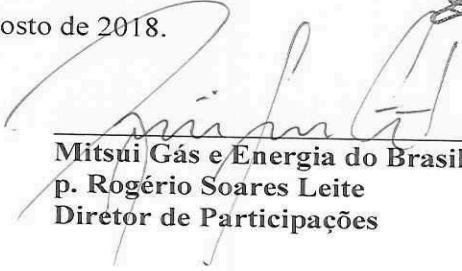
Outorgado: Sr. **Vitor Calazans Baroni**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 103.183 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 079.650.557-83, o Sr. **Celso José de Faria Viana**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 142.859 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 095.876.337-25, a Sra. **Márcia Nogueira Franco de Oliveira** brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade n.º 170.573 OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 091.574.447-30, a Sra. **Juliana Medeiros de Castro Passos**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade de n.º 153.552 OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 111.873.047-00, o Sr. **Diogo de Moraes e Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade de n.º 146.511 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 056.320.627-67, todos residentes na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, 300, 13º andar, Sala 1301-A, Botafogo, CEP 22250-040, Rio de Janeiro - RJ (os “Outorgados”).

Poderes especiais: Nos termos do parágrafo quarto da cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, a Sociedade nomeia neste ato como seus bastantes procuradores os Outorgados acima qualificados, para agindo isoladamente ou conjuntamente, independente da ordem de nomeação, nos termos da cláusula 7ª (a) e seus §§3º e 4º do Contrato Social da Sociedade, representá-la na qualidade de acionista da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29.08.2018, em sua sede social, podendo, inclusive, para tanto, participarem das deliberações constantes das Ordens do Dia, exercerem o direito de voto, assinarem lista de presença, atas e boletins de subscrição, bem como qualquer outro documento que seja apresentado e/ou discutido na referida Assembleia em decorrência de suas Ordens do Dia.

Validade: O presente instrumento de mandato é válido pelo período de 02 (dois) meses contado a partir da presente data, sendo vedado o seu substabelecimento.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2018.


Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.
p. Takuya Kawabe
Diretor de Operações


Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.
p. Rogério Soares Leite
Diretor de Participações

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro (21) 3233-2600 - Rio de Janeiro/RJ

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:
TAKUYA KAWABE.....

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2019.

GILTON MELLO DE ARAÚJO - Escrevente - Matr. 94-14380
Emolumentos: R\$ R\$ 5,61 - TJ+Fundos: R\$ 2,31 - Total: R\$ 7,92
Selo(s): EDDU83078-RUT
Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

15º OFÍCIO DE NOTAS
Gilton Mello de Araújo
Escrevente
Matr. 94/14380
Rua do Ouvidor, 89, Centro RJ

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro (21) 3233-2600 - Rio de Janeiro/RJ

Reconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:
ROGERIO SOARES LEITE.....

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2019.

GILTON MELLO DE ARAÚJO - Escrevente - Matr. 94-14380
Emolumentos: R\$ R\$ 5,61 - TJ+Fundos: R\$ 2,31 - Total: R\$ 7,92
Selo(s): EDDU83080-RNM
Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

15º OFÍCIO DE NOTAS
Gilton Mello de Araújo
Escrevente
Matr. 94/14380
Rua do Ouvidor, 89, Centro RJ



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

PROCURAÇÃO

PETROBRAS GÁS S.A - GASPETRO, sociedade por ações, com sede no Edifício Centro Empresarial Botafogo, Praia de Botafogo nº 300, 12º andar, sala 1201, no Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.520.171/0001-91, neste ato representada, nos termos do artigo 54 e parágrafo único do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, natural da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, portador da carteira de identidade nº 04.755.530-5, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 632.971.087-20 e por seu Diretor Corporativo **ROGÉRIO SOARES LEITE**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, natural da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, portador da carteira de identidade n.º 05931015-1, expedida pelo Instituto Felix Pacheco (IFP/RJ) em 08/09/2010 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 853.477.107-30, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, e com endereço profissional no Edifício Centro Empresarial Botafogo, Praia de Botafogo nº 300, 12º andar, sala 1201, no Rio de Janeiro – RJ, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **HELAINÉ MAIA DA SILVA SEIXAS**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 136.536, **LUISA FRAGOSO PEREIRA RIZZO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 149.037, **NELSON MAIA DE OLIVEIRA JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 147.549 e **THIAGO MALAMACE DE AZEVEDO PINHEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 164.328, todos domiciliados e residentes nesta Cidade e com endereço profissional no Edifício Centro Empresarial Botafogo, Praia de Botafogo nº 300, 12º andar, no Rio de Janeiro – RJ, conferindo-lhes poderes para representar a Companhia, em conjunto ou isoladamente, nas **Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias das seguintes sociedades**: Companhia de Gás da Bahia - **BAHIAGÁS**, Companhia Pernambucana de Gás - **COPERGÁS**, Sergipe Gás S.A. - **SERGÁS**, Gás de Alagoas S.A. - **ALGÁS**, Companhia Paraibana de Gás - **PBGÁS**, Companhia de Gás do Ceará - **CEGÁS**, Companhia de Gás de Santa Catarina - **SCGÁS**, Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - **SULGÁS**, Companhia Paranaense de Gás **COMPAGÁS**, **CEG** Rio S.A., Companhia Potiguar de Gás - **POTIGÁS**, Companhia Rondoniense de Gás - **RONGÁS**, Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - **MSGÁS**, Companhia Brasiliense de Gás - **CEBGÁS**, Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - **GOIASGÁS**, Companhia de Gás do Piauí - **GASPISA**, Companhia Maranhense de Gás - **GASMAR**, Companhia de Gás do Amapá - **GASAP** e Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – **GBD**, devendo votar consoante instruções da Diretoria Executiva da Gaspetro, conforme dispõe o inciso XXI, do art. 51 do Estatuto Social da Companhia, podendo, para tanto, presidir a Assembleia, votar, assinar atas e demais papéis necessários à participação na referida Assembleia, incluindo Aditivos a Acordos de Acionistas e/ou Acordos de Acionistas das sociedades elencadas na presente, praticando, ainda, todo e qualquer ato necessário para assegurar os direitos da acionista PETROBRAS GÁS S.A. – GASPETRO, podendo o(s) representante(s), inclusive, sem prejuízo de outros atos que devam ser praticados nessa Assembleia, apresentar manifestações, requerimentos, propostas, impugnações e protestos, para o bom e fiel desempenho do presente mandato. A presente vigorará até 31/12/2019, sendo vedado substabelecimento, e poderá ser extinto por revogação expressa ou tácita da Gaspetro.

15

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2019.


Ricardo José Lourenço de Mello
Diretor Presidente

15


Rogério Soares Leite
Diretor Operacional

Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.


LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 25/30



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2015

SÉRIE 3 ANO VII N°028

Caderno 1/2

Preço: R\$ 7,00

PODER EXECUTIVO

DECRETO N°31.669, de 09 de fevereiro de 2015.

**PRORROGA O PRAZO DAS
CESSÕES DECORRENTES DO
DECRETO N°28.619, DE 07 DE
FEVEREIRO DE 2007, E SUAS
ALTERAÇÕES POSTERIORES,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, DECRETA: Art.1º O prazo previsto no Art.1º do Decreto n°31.661, de 09 de janeiro de 2015, fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2015.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 09 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XVII do art.88 da Constituição do Estado do Ceará, de conformidade com o art.8º, combinado com o inciso III do art.17 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE NOMEAR **ANTÔNIA DALILA SALDANHA DE FREITAS**, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de SECRETARIA EXECUTIVA DA EDUCAÇÃO, integrante da estrutura organizacional da Secretaria da Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2015. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XVII do art.88 da Constituição do Estado do Ceará, de conformidade com o art.8º, combinado com o inciso III do art.17 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974 e com o Decreto n°31.262, de 31 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado em 02 de agosto de 2013, RESOLVE NOMEAR **FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR**, ocupante do cargo de Auditor-Fiscal, matrícula 009355, pertencente à Receita Federal do Brasil, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO EXECUTIVO, integrante da estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão, a partir de 02 de fevereiro de 2015. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XVII do art.88 da Constituição do Estado do Ceará, de conformidade com o art.8º, combinado com o inciso III do art.17 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974 e com o Decreto n°31.193, de 15 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado em 17 de abril de 2013, RESOLVE NOMEAR **JOSÉ RICARDO ARAÚJO LIMA**, Engenheiro Florestal, matrícula 0680530, lotado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de SUPERINTENDENTE, integrante da estrutura organizacional da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará, a partir de 01 de janeiro de 2015. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de janeiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XVII do art.88 da Constituição do Estado do Ceará, de conformidade com o art.8º, combinado com o inciso III do art.17 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974, de acordo com o Decreto

n°28.619, de 07 de fevereiro de 2007 e suas posteriores alterações, combinado com o Decreto n°30.800, de 30 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de janeiro de 2012, RESOLVE NOMEAR **FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE**, Engenheiro Civil, matrícula 300057-1-6, lotado no Departamento de Arquitetura e Engenharia, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO EXECUTIVO, integrante da estrutura organizacional da Casa Civil, a partir de 02 de fevereiro de 2015. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **DESIGNAR**, nos termos do art.41 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974, **SILVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR**, Engenheiro Civil, matrícula 300068-1-X, para responder cumulativamente pelo cargo de SUPERINTENDENTE, integrante da estrutura organizacional do Departamento de Arquitetura e Engenharia, no período de 09 a 27 de fevereiro de 2015. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **designar** o Engenheiro **ANDRÉ MACÊDO FACÓ**, para representar o acionista ESTADO DO CEARÁ, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Integração Portuária do Ceará – CEARÁPORTOS, a ser realizada dia 12 de fevereiro de 2015, na Sede da CEARÁPORTOS, com poderes, para deliberar sobre os assuntos constantes dos respectivos Editais de Convocação. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 10 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **designar** o Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador **JOSÉ ELCIO BATISTA**, para representar o acionista ESTADO DO CEARÁ, nas Assembleias Ordinárias e Extraordinárias da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, com poderes para deliberar sobre os assuntos constantes nas Convocações. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 10 de fevereiro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

GOVERNADORIA

GABINETE DO GOVERNADOR

PORTARIA GG N°486/2014 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador, através da Portaria GG n°467/2014, de 10 de novembro de 2014, publicada no D.O.E, em 17 de novembro de 2014, RESOLVE, nos termos do art.1º da Lei n°13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto n°27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao inciso II do art.1º e ao caput do art.2º, pelo Decreto n°31.479, de 12 de maio de 2014, D.O.E de 13 de maio de 2014, CONCEDER **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único dessa Portaria, durante o mês de FEVEREIRO/2015. GABINETE DO GOVERNADOR, em Fortaleza, 10 de dezembro de 2014.

George Lopes Braga
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO GABINETE DO GOVERNADOR
Registre-se e publique-se.



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 27/30



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/175.204-5	CEN1927716887	19/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 28/30



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, de nire 2330001943-1 e protocolado sob o número 19/175.204-5 em 20/09/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5320187, em 25/09/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA TRES DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
056.320.627-67	DIOGO DE MORAIS E SILVA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
230.543.523-15	HELENA CLARA DE OLIVEIRA

Fortaleza. Quarta-feira, 25 de Setembro de 2019





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
000.188.133-72	OSVALDO ALVES DANTAS
235.992.193-20	JOSE AVELAR GOMES
241.322.763-68	CARLOS FREDERICO JOFFILY BEZERRA
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Junta Comercial do Estado do Ceará

Fortaleza. Quarta-feira, 25 de Setembro de 2019



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5320187 em 25/09/2019 da Empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARA CEGAS, Nire 23300019431 e protocolo 191752045 - 20/09/2019. Autenticação: 62ED3D1E635A13C62FC6462EA3A9C5C1EC8475CA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/175.204-5 e o código de segurança Rc3f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/09/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 30/30